

notícias da FEDERAÇÃO



Jornal da FNE Ano XIII - nº1 Janeiro de 2002 Preço: 100\$00 Bimensal Directora: Manuela Teixeira

Preparar o FUTURO

Consulta Nacional

às Escolas e aos Profissionais da Educação

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano XIII - Nº 1 Janeiro 2002

Preço : 100\$00

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
João Dias da Silva
Paula Borges

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades Lusitadas
Sindicato Nacional dos Delegados e Subdelegados Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

Impressão:
Tipografia Nunes

Redacção:
Rua Pereira Reis, 399 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

Neste número

Vamos Trabalhar para os Resultados Escolares
Concursos para Professores nos Açores
Preparar o Futuro- Consulta às Escolas
Ir mais longe no Movimento Sindical

UGT faz

Desafio aos Partidos Políticos

Portugal enfrenta em 17 de Março mais um grande desafio, o das eleições legislativas. Todos nós e com especial incidência para as organizações sindicais, nos preparamos para o que vai acontecer no pós 17 de Março.

Nesse sentido, a UGT, aliás tal como a FNE está a fazer em termos da Educação, lançou já as bases do que considera fundamental encontrar respostas para os problemas que mais preocupam os trabalhadores portugueses.

Assim, no dia 23 de Janeiro, o Secretariado Executivo da UGT aprovou um documento a ser enviado para todos os partidos sob a epígrafe "Desafio aos Partidos Políticos". Nele se elencam as seguintes questões como as mais prementes:

- A melhoria da qualidade do emprego
- Melhorar a qualidade da educação e da Qualidade
- Garantir a sustentabilidade financeira da Segurança Social
- Uma reforma fiscal consequente
- Uma Administração Pública eficiente e de qualidade
- O combate à corrupção
- Respeitar e simplificar a Legislação do Trabalho
- Melhor Saúde combatendo a responsabilização e o desperdício
- Combater a pobreza e a exclusão
- Combater as discriminações
- Convergência dos salários e das condições de vida. Combater as desigualdades
- Garantir o direito à negociação colectiva
- Reforçar o diálogo e a Concertação Social
- Diminuir o défice público
- Promover a Europa Social

Agora informações actualizadas através do endereço da
FNE na INTERNET

Para aceder à nossa homepage digite:

www.fne.pt

Preparar o FUTURO

Na sequência da demissão do Governo preparam-se os Partidos Políticos para disputar eleições enquanto o resto do País aguarda os novos rumos que serão definidos a partir de 17 de Março. As negociações com o actual Governo foram paralisadas, os processos em curso foram suspensos e ninguém sabe, com clareza, o que o futuro nos trará.

No campo da Educação pode dizer-se que o actual Ministro não chegou a tomar qualquer medida de fundo e que nenhum dossier dos que se encontravam abertos se conseguiu encerrar. Com a rotação vertiginosa que ocorreu ao nível das equipas governativas que passaram pela cinco de Outubro podemos dizer que se regista, há mais de um ano e meio, uma prática paralisia da Educação. Como é evidente **este foi um tempo perdido numa área em que o tempo não se pode perder.**

Face à situação actual o Secretariado Executivo da FNE deliberou fazer **do tempo que temos até à constituição de um novo Governo um tempo de reflexão e de debate** com todos os trabalhadores da Educação e, também, com os órgãos executivos das escolas; reflexão e debate que nos permita aprofundar as relações com os nossos associados e com as escolas em que trabalham no sentido de preparar as propostas que devemos apresentar ao próximo Governo.

É claro que **se mantêm de pé as propostas aprovadas no último Congresso** mas não é menos certo que os novos condicionalismos com que nos confrontamos – e que ainda não eram visíveis no passado mês de Abril – tornam necessário que assumamos novas bandeiras e que nos preparemos para novas frentes de luta norteados sempre pela orientação então assumida: **Fazer da Educação a raiz do desenvolvimento**

O facto de termos decidido realizar esta consulta sobre questões pedagógicas e organizacionais dos ensinos básico e secundário não significa que não tenhamos **presentes todos os sectores**, do pré-escolar ao superior, e todos os profissionais que representamos. Significa, apenas, que reconhecemos que nos sectores em que a consulta se vai realizar **existem problemas novos a exigirem novas respostas**, o que justifica esta opção.

Os resultados desta consulta e as propostas novas que vamos formular serão aprovadas antes das eleições (para que ninguém possa imaginar que as nossas decisões são influenciadas pelos resultados eleitorais) mas serão divulgadas, apenas, depois de 17 de Março mas ainda a tempo de que o Partido que sair vencedor as possa ter em conta na definição do seu programa de Governo.

Não há tempo a perder se queremos ganhar o FUTURO.



Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

Vamos Trabalhar para os Resultados Escolares

Joaquim Azevedo

A divulgação de listas ordenadas de escolas secundárias, públicas e privadas, com base em resultados de exames nacionais de 12º ano teve, entre outros, um efeito orientador inequívoco para as nossas escolas: é preciso trabalhar para os resultados escolares. Se alguma dúvida havia sobre qual a missão da escola, ela desfez-se.

A orientação é clara. Para tanto, basta não ter vindo inscrita em circulares elípticas e ilegíveis, nem ter sido publicada em letra de decreto no DR. É uma “orientação da sociedade”, dita numa linguagem directa, pura e dura.

Por isso, vamos lá trabalhar para os resultados escolares! Esta orientação, porém, não é nova. Ela sempre existiu, mas até agora andava escondida e enredada nos mais elaborados discursos sociológicos e pedagógicos, retóricas que só servem para desorientar os professores e o seu labor quotidiano.

Qualquer escola secundária que queira colocar-se seriamente nesta nova rota deve seguir à risca algumas normas. Espero que me perdoem o ridículo de listar aquilo que todos já sabemos, mais ainda assim vou anotar **algumas regras básicas**:

1ª - O meio sócio-cultural em que a Escola se insere é uma variável que tem de ser ignorada, só serve para desviar a atenção dos professores;

2ª - Logo no 10º ano devem ser reprovados liminarmente todos os alunos que não acompanhem o ritmo médio de evolução de cada turma. O mesmo se deve fazer no 11º ano àqueles que furaram a malha de um ambiente escolar demasiado permissivo.

3ª - A direcção de cada escola deve inventar todos os argumentos possíveis (e também os imaginários) para rejeitar oferecer quaisquer cursos tecnológicos, chamariz de grupos de jovens indesejados e impreparados.

4ª - Em complemento de medida anterior, a direcção de cada escola deve procurar receber o maior número possível de jovens do Agrupamento 1, de preferência candidatos a Medicina.

5ª - As inscrições dos alunos devem ser

submetidas a rigorosos e públicos critérios de selecção, entre os quais importa salientar os seguintes:

a) têm preferência todos os alunos que recorrem a explicadores em pelo menos 30% das disciplinas;

b) as matrículas dos filhos de pais desempregados e de pais separados há menos de dois anos devem ser evitadas;

c) as matrículas dos filhos de pais delinquentes, com cadastro criminal e toxicodependentes devem ser rejeitadas com base no argumento de que as escolas não são os caixotes do lixo da sociedade;

d) é dada prioridade às matrículas dos filhos cujos pais assinem uma declaração, sob compromisso de honra, na qual se comprometem a apoiar os filhos nos estudos, em casa, uma hora por dia.

6ª - Deve passar a ser expressamente proibido abordar nas aulas qualquer assunto que não esteja relacionado com a aprendizagem dos temas que são avaliados em exame final.

7ª - A organização de Clubes, Visitas de Estudo e de outras actividades educativas deve ser interdita e os recursos afectos a estas actividades devem ser aplicados na compra de colecções de provas de exames para todos os alunos treinarem, nas aulas e em casa.

8ª - Qualquer escola que trabalhe para os resultados escolares deve evitar o epíteto de “escola multicultural”.

Cumpridas estas regras mínimas, são elevadas as garantias de obtenção de um lugar ao sol no “ranking” nacional de escolas secundárias do ano de 2002. De outro modo, se as escolas seguirem outros caminhos (a que alguns autores chamam “desviantes”) correm sérios riscos de adquirirem o estatuto de “Perpétuo Socorro” (que evoca o nome da escola que ficou em último lugar no “ranking” de 2001 e que, por certo, é uma escola que não cumpre estas regras elementares).

Nota final: a confusão que por aí anda é muita. Este artigo, que leva ao extremo uma certa racionalidade sobre a missão da escola, visa provocar uma reflexão mais séria sobre o que queremos afinal com a escola secundária.

Concurso para Professores nos Açores FNE Queixa-se ao Tribunal Europeu contra o Governo Regional

Envolto em polémica, abriu, no dia 29 de Janeiro, nos Açores o concurso para os Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Inconformada com a atitude persecutória e xenófoba demonstrada pelo Governo Regional, a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (**FNE**) vai apresentar uma queixa ao Tribunal Europeu, acusando aqueles governantes, em especial o Secretário Regional de Educação, de desrespeito pelo princípio de livre circulação.

Na prática, o Governo Regional dos Açores está a discriminar professores no acesso aos quadros docentes, alicerçando-se numa legislação aprovada recentemente sobre a regulamentação dos concursos de professores, manifestamente inconstitucional.

Para a **FNE**, não se trata de medidas que façam com que os professores permaneçam nos locais para onde concorreram, o que até seria aceitável, tendo em conta as necessidades de estabilidade das escolas numa região periférica. Trata-se sim de privilegiar aqueles que se profissionalizaram ou tiraram o curso nos Açores, ou quem fez o curso no Continente através do contingente especial da Região. O despacho, lamentavelmente assinado pelo Ministro da República, chega ao deslante de esquecer os candidatos a professores que, sendo oriundos da Região Autónoma entraram nas universidades do Continente pela via ordinária, ou seja pelo mérito da sua classificação. Neste caso, os docentes, ainda que estejam a leccionar nos Açores, correm o sério risco de ficarem no desemprego, caso não tenham exercido na Região nos últimos três anos!

É uma situação insustentável, profundamente discriminatória, da qual a **UGT** já deu conta ao Presidente da República e ao Provedor de Justiça.

A **FNE** interroga-se sobre quem querará o Governo Regional favorecer com esta legislação de última hora, que evidencia uma intenção clara de favorecer alguém, porventura meia dúzia, esquecendo

muitos açorianos, inclusive aqueles que um dia deixaram a ilha e com muito sacrifício vieram para o Continente tirar os seus cursos, pensando em regressar mais tarde, para ensinar na região em que nasceram.

A **FNE** volta a denunciar o clima de perseguição de que os sindicatos de professores têm sido alvo, por parte do Governo da Região, claramente apostado em criar e alimentar um clima de guerrilha no interior das escolas entre os professores que irão beneficiar desta medida absurda e todos os outros. Por isso, **a FNE diz basta e exige que, de uma vez por todas, sejam encontradas soluções equilibradas com base numa negociação séria com as organizações sindicais de professores.**

UGT toma posição

A **UGT** no passado dia 23 de Janeiro, aprovou uma moção sobre a situação que se está a viver na Região Autónoma dos Açores dela tendo dado conhecimento aos órgãos de Comunicação Social e ao Senhor Presidente da República a quem pediu que acompanhasse este caso.

Na Moção aprovada pela **UGT** releva-se o facto de que a livre circulação de pessoas que existe na União Europeia é posta em causa no território nacional com esta medida tomada à revelia das estruturas sindicais representativas dos docentes e põe em causa o concurso por mérito (graduação profissional) que é o único critério que a lei portuguesa estabelece.

Com esta medida o Governo Regional conseguiu, ainda, criar uma guerra no interior das escolas, mais uma vez se evidenciando a orientação que vem a ser seguida pelo Governo Regional de preferir dividir em vez de procurar uma negociação séria com as organizações sindicais representativas dos docentes.

Preparar o futuro – dar voz às escolas e aos profissionais da Educação

A questão educativa ocupa, cada vez mais, um papel central nos debates sobre o futuro dos países e encontra-se totalmente exposta a análises mais ou menos aprofundadas, mais ou menos rigorosas, mais ou menos ajustadas à realidade.

Neste debate, instâncias internacionais diversas, partidos políticos, reputados economistas, meios de comunicação social e analistas políticos de todos os quadrantes não cessam de apontar o dedo à escola.

Nos últimos tempos a publicação de parte dos resultados dos exames nacionais do 12º ano – que permitiu aos media construir falsos rankings de escolas – e a divulgação dos resultados dos estudos internacionais sobre literacia vieram pôr à luz as escolas sobre o seu ângulo mais desfavorável, fragilizando os professores. E isto acontece num tempo em que o Sistema Educativo se confronta, por um lado, com uma reforma curricular mal preparada e, por outro lado, com uma inequívoca redução do número de alunos que conduz ao encerramento de algumas escolas.

Tudo aponta no sentido de dificultar qualquer alargamento dos quadros docentes e de impedir o aumento de despesas com a Educação, em valores reais.

A FNE tem consciência dos novos problemas com que as escolas e os seus profissionais se confrontam e é sensível à perplexidade e mesmo angústia vivida, designadamente, pelos professores. Por isso mesmo decidimos realizar uma ampla consulta às escolas e aos seus profissionais para recolher as informações necessárias à criação de um conjunto de propostas a apresentar ao Governo que sairá das eleições do próximo dia 17 de Março.

Sem deixarmos de lutar por melhores salários, melhor desenvolvimento de carreiras, melhores concursos, melhores condições de trabalho, queremos investir na análise do

quotidiano das escolas, ir à raiz dos problemas e das dificuldades com que se confrontam os profissionais da educação e procurar respostas novas para os novos problemas.

Assim, os dirigentes e delegados sindicais dos Sindicatos membros da Federação contactarão, em todo o país, entre **18 de Fevereiro e 8 de Março**, o maior número possível de escolas básicas e secundárias, de professores e de funcionários procurando obter **informações, opiniões e sugestões** sobre cinco aspectos que consideramos particularmente relevantes para o trabalho que pretendemos desenvolver a curto prazo. Trata-se de conhecer as dificuldades sentidas e as necessidades detectadas nas seguintes áreas :

- revisões curriculares dos ensinos básico e secundário,
- avaliação dos alunos e das escolas,
- disciplina na escola,
- organização e administração das escolas e agrupamentos,
- formação contínua dos professores e dos funcionários.

De seguida explicitam-se algumas das questões, em cada uma destas áreas, sobre as quais pretendemos conhecer a perspectiva das escolas e dos nossos associados.

1. Revisões curriculares dos ensinos básico e secundário

A revisão curricular ao nível dos 1º e 2º ciclos do ensino básico iniciou-se em Setembro último abrangendo, em algumas escolas, o 3º ciclo. Esta revisão curricular cria novas áreas, define uma nova organização de tempo escolar e mantém inalteráveis os programas.

Pretendemos conhecer a opinião das escolas e

Preparar o futuro – dar voz às escolas e aos profissionais da Educação



dos professores, designadamente, sobre as seguintes questões :

- como se distribuíram as horas de tempo flexível, a definir por cada escola?

- que relação (positiva ou negativa) se estabeleceu entre os programas, as horas que lhes foram atribuídas e os equipamentos disponibilizados pelas escolas/ Ministério da Educação?

- que dificuldades e que vantagens foram encontradas nas novas áreas de formação (estudo acompanhado, área de projecto, educação para a cidadania)?

- que formação foi dada aos professores para o desenvolvimento das novas áreas?

- como se organizaram os horários relativamente à componente não lectiva que o despacho pertinente estabelece?

- que dificuldades e que vantagens foram sentidas relativamente à organização do tempo lectivo em unidades de 90 minutos?

No ensino secundário prevê-se que os novos currículos entrem em vigor no próximo ano lectivo. Pretendemos saber se as escolas e os professores do ensino secundário :

- conhecem os novos currículos e programas?

- tiveram alguma formação específica para a nova reforma?

- que opinião têm sobre esta alteração curricular?

- que recursos foram dados às escolas para esta mudança ou se não sentem falta de novos recursos?

2. Avaliação dos alunos e das escolas

A **avaliação dos alunos** tem sofrido várias alterações ao longo do tempo. As opiniões sobre esta matéria estão muito divididas : entre os que pensam que a reprovação é o remédio para todos os males do sistema e aqueles que entendem que a reprovação é o pior dos erros pedagógicos que, de qualquer modo, é preciso evitar, existe uma gama de opiniões diversas mais próximas de um ou de outro dos extremos indicados.



Sem pretendermos tomar posições extremas, importa-nos saber o que pensam os professores sobre esta matéria e, designadamente :

- quais os principais problemas sentidos ao nível da avaliação dos alunos?

- o que pensam das provas globais?

- que vantagens e que dificuldades encontram na existência da avaliação aferida?

- como analisam a avaliação de competências e que dificuldades/vantagens encontram neste tipo de

Preparar o futuro – dar voz às escolas

avaliação?

- que opinião têm dos exames externos para conclusão do ensino secundário e do tipo de provas que se têm realizado?

- que medidas foram tomadas nas escolas secundárias na sequência da publicação do ranking de escolas?

A avaliação dos alunos tem dado lugar a uma **avaliação das escolas**. Isto ocorreu com os exames do 12º ano e ocorrerá, em breve, relativamente à avaliação aferida. Com este tipo de avaliação muitos elementos essenciais da vida das escolas ficam por apreciar.

- Que elementos consideram as escolas, os professores e os funcionários que deviam estar presentes numa avaliação correcta das escolas?

3. A disciplina na escola

Os problemas de indisciplina multiplicam-se nas escolas criando, frequentemente, grandes dificuldades aos profissionais e aos alunos que



pretendem aprender e usufruir de uma escola onde existam relações positivas de trabalho e de convívio. Alguns professores e funcionários, como vários analistas, atribuem ao actual estatuto disciplinar dos alunos a principal responsabilidade por este estado de coisas. Pretendemos conhecer a opinião das escolas, dos professores e dos funcionários, designadamente, sobre os seguintes aspectos :

- que aspectos do estatuto dos alunos lhes parecem mais constrangedores?

- quais são os principais problemas de indisciplina com que se têm confrontado?

- como são resolvidos os problemas de indisciplina?

- que alterações propõem para resolver os problemas com que se confrontam?

4. Organização e Administração das Escolas e Agrupamentos

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 115-A/98 avançou-se para a constituição de agrupamentos horizontais e verticais, definiram-se as condições de autonomia das escolas/agrupamentos e generalizou-se o novo modelo de gestão das escolas. As medidas adoptadas merecem ser avaliadas no sentido da sua melhoria permanente. Pretendemos saber o que pensam as escolas, os professores e os funcionários, designadamente sobre os seguintes aspectos :

- constituição dos agrupamentos – vantagens e desvantagens?

- critérios (ou ausência deles) na definição de agrupamentos verticais e horizontais?

- principais dificuldades de funcionamento?

- existe mais autonomia nas escolas? Se sim em que se faz sentir?

las e aos profissionais da Educação

5. Formação Contínua dos professores e dos funcionários

Ninguém põe hoje em causa a necessidade de uma formação ao longo de toda a vida que ajude os profissionais a fazer face aos novos desafios com que se confrontam. No caso concreto das escolas devem registar-se as profundas alterações a que a escola está submetida, designadamente, pela emergência de novos públicos (existem hoje nas escolas alunos que há duas ou três décadas não as frequentavam), pela desestruturação de muitas famílias e pela existência de novas fontes de divulgação do conhecimento.

O estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário consagrou a formação contínua como uma



obrigação e ligou a progressão na carreira à frequência dessa formação. De modo semelhante o regime jurídico do pessoal não docente estabelece o princípio da formação contínua e determina o modo do seu funcionamento, com os créditos e dispensas a usufruir pelos trabalhadores em cada ano para esse efeito. Com estas medidas esperava-se uma melhoria significativa da prestação educativa dos profissionais da educação. Contudo há quem considere que os frutos dessa formação – que ao nível do corpo docente tem já dez anos – não são muito evidentes.

Pretendemos saber o que pensam os professores e os trabalhadores não docentes das escolas sobre a formação contínua que têm frequentado:

- a formação tem correspondido às necessidades sentidas?
- têm obtido formação nas áreas desejadas?
- a organização da formação é satisfatória?
- que propostas fariam para melhorar a formação?

Estas e outras questões serão colocadas aos Conselhos Executivos das escolas visitadas, aos Professores e Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação com que os nossos dirigentes irão contactar nas escolas ou em reuniões convocadas para o efeito. O nosso site da Internet será, também, um local de debate destes temas. Aí se divulgará o acervo de questões para que queremos receber contributos e se explicitará o modo como toda a comunidade educativa pode colaborar connosco.

Queremos construir as nossas propostas a partir do sentir das escolas e dos profissionais da educação. As nossas propostas serão definidas na reunião do Secretariado Nacional da FNE em 13 de Março próximo e serão divulgadas na semana a seguir às eleições legislativas sendo delas dado conhecimento imediato ao Partido vencedor para que as possa ter em conta na formulação concreta do Programa de Governo.

Outras questões podem ser levantadas por quem connosco quiser colaborar porque só com o apoio de todos poderemos encontrar soluções para os grandes problemas com que se confrontam as escolas e os seus profissionais. Por isso decidimos dar voz às escolas e a todos os profissionais da educação porque é com todos que queremos preparar o futuro e dar corpo ao lema que escolhemos para este triénio de trabalho sindical:

Fazer da Educação a raiz do desenvolvimento.



Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

O Jornal da Federação do mês de Novembro deu grande relevo à realização do Forum FNE 2001 que se realizou em Lisboa, entre os dias 12 e 13 de Novembro, sob o tema Mais Qualidade em Educação. Não foi possível nessa edição reproduzir na íntegra os textos das comunicações apresentadas pelos diferentes especialistas que nele intervieram. Hoje, apresentamos a comunicação do Vice Secretário Geral, Luís de Melo sobre:

O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical



*Luís de Melo
Vice Secretário geral*

A Lei da Negociação Colectiva consagra a participação das organizações sindicais na definição das políticas educativas. Como a lei expressa “participar” não é “negociar” e cinge-se, a maior parte das vezes, ao direito de ser ouvido e de expressar a nossa opinião acerca de determinadas medidas que o Ministério pretende implementar. Hoje, com uma escolaridade mais longa e com novos públicos a demandarem a escola assiste-se a um crescente mal-estar nas escolas que exige uma intervenção diferente, a nosso ver, da nossa organização. É sobre esta matéria que vos convido a reflectir connosco.

Em primeiro lugar abordaremos o lugar que os sindicatos ocupam hoje nas democracias e qual é a percepção que os militantes sindicais têm dos sindicatos: serão os sindicatos órgãos de poder? de contra-poder ou de poder e contra-poder?

Depois abordaremos um tema polémico: serão –sim ou não? os sindicatos motores de desenvolvimento, ou a sua atitude de lutas manifestações, greves, reivindicações consideradas pelo governo como desestabilizadoras do Orçamento de Estado é um travão ao desenvolvimento do país

Que caminho percorremos? Não estarão as grandes conquistas alcançadas já e portanto o sindicalismo - as lutas sindicais - a esgotarem-se: o dirigente sindical, tal como o guerreiro depois da batalha ganha, não merece o seu repouso?

Que espaço temos hoje? Será que todos estão satisfeitos? Alcançaram uma situação profissional tal que já não precisam dos sindicatos?

Mas para onde queremos ir?

Que mais queremos reivindicar, propor e acordar? Será que o espaço de intervenção que dão aos sindicatos não os encurrala não permitindo que possam ir mais longe?

O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical



Os sindicatos e o seu papel na democracia

Os sindicatos nasceram no início do século XVIII. Os primeiros documentos que chegaram até nós que atestam a actividade sindical encontram-se no Parlamento Inglês e datam de 1720. Nesse século e no seguinte a vida dos sindicatos não foi fácil, nuns países mais do que noutros.

Na América, por exemplo, a luta pelo seu reconhecimento e pela satisfação das suas reivindicações foi especialmente dura. O 1º de Maio, que anualmente celebramos, é uma homenagem mas é, também, um sinal de solidariedade na mesma luta, é um cerrar fileiras, com aqueles homens, mulheres e crianças que em 1886, morreram em Chicago, às balas da polícia ou às mãos dos tribunais.



O conceito de democracia, entretanto, foi evoluindo e a partir do último quarto do século XIX aos sindicatos foi reconhecida personalidade jurídica e regulamentada a sua actividade. Nesta altura os sindicatos nacionais e as suas centrais sindicais davam já os primeiros passos para a criação de associações internacionais no sentido de se entre-ajudarem. A primeira Mundial Sindical nasce no alvorecer do século XX.

O conceito de democracia representativa cede lugar ao conceito de democracia participativa em que é legítima a representação dos interesses de

determinadas maiorias. Partidos e Sindicatos tornam-se então elementos indispensáveis à democracia.

A criação da Organização Mundial do Trabalho numa base tripartida : governos + sindicatos + associações patronais vem colocar ao mesmo nível a sociedade política e a sociedade civil. Estas têm de se entender e o resultado desse entendimento passa a valer como lei

A necessidade da representação dos interesses da sociedade civil veio consolidar os Sindicatos, as Associações Patronais e os Partidos Políticos mas veio também provocar a criação de muitas outras associações – do ambiente, dos consumidores, de pais, etc.

Quanto mais complexa é uma sociedade, mais numerosos são os grupos de interesses e mais indispensável se torna que as suas exigências sejam assumidas por associações que assegurem a ligação entre a sociedade civil e a sociedade política (TOURAINÉ, 1996, pp.134-136) .

Alain Touraine ao estudar o papel dos sindicatos na democracia afirma que a experiência de certos países, como é o caso da França, onde os sindicatos enfraqueceram muito, mostra a dificuldade que há em gerir mudanças económicas e internacionais importantes quando o Estado não tem possibilidades de negociar as consequências delas com parceiros sociais de confiança, tanto do lado das empresas como do lado dos trabalhadores

O Sindicalismo como poder ; como contra-poder; como poder e contra-poder e parceiro social

Os sindicatos que tipo de poder detêm? A lei explicita as suas competências. Em termos formais e substantivos consubstanciam-se na capacidade de



O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical

negociar e outorgar Contratos Colectivos de Trabalho ou Acordos.

Podemos dizer que esta capacidade - em termos decisórios - será mais uma co-decisão na medida em uma parte não tem a capacidade de impor à outra um “acordo”.

Apenas o Governo - em determinadas circunstâncias previstas na lei - poderá impor uma decisão unilateral aos sindicatos ou às associações patronais em matérias negociadas mas sobre as quais não se obteve acordo. Mesmo assim, arrostará com consequências políticas, económicas e de relação de tal imposição. Independentemente do que a legislação prescreve - e que tem aplicação nos casos aí previstos - convém analisar a realidade.

Os dirigentes sindicais e os militantes consideram que os sindicatos são organizações que exercem “poder”, “contra-poder” ou são simultaneamente de “poder e contra-poder”. Num debate de intervenção sociológica efectuada por Pires de Lima et al e publicada em 1992 podemos constatar que estas três posições foram verificadas entre os dirigentes e militantes que nela participaram (PIRES DE LIMA et al, 1992, pp.140-158).

O Sindicato como órgão de poder

Entendendo “poder” como a capacidade que alguém - A - tem de fazer com que outrem - B - faça aquilo que A quer e que não seria feito por B sem a intervenção de A situamo-nos numa zona que abrange não só a da negociação e da celebração de acordos mas também a da pressão e da influência qualquer que seja a forma que tome. O sindicato é visto como uma organização que, conjuntamente com outros actores - parceiros sociais -, se empenhada “na construção de

uma sociedade nova”, mais justa, mais humana e solidária.

O Sindicato como órgão de contra-poder

Esta percepção de sindicato como órgão de contra-poder corresponde à perspectiva tradicional do sindicalismo que considerava que a acção sindical não se podia confundir com o poder de outros actores designadamente o governo e as autarquias. (O poder era algo a combater). Assim, o sindicato afirma-se em contraposição e em contestação face ao poder político.

A participação efectiva dos sindicatos concretiza-se na apresentação de propostas sobre o processo de desenvolvimento. A atitude de recusa do Estado determina o carácter reivindicativo e de pressão dos sindicatos sobre o poder político.

O Sindicato como órgão de poder e de contra-poder

Na perspectiva do sindicalismo como órgão de contra-poder, os sindicatos deveriam começar por se afirmar pela via da reivindicação e da pressão para conquistar depois uma posição de poder.

Na outra perspectiva o sindicalismo deve





O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical

ultrapassar a atitude defensiva em favor de uma intervenção activa de proposição, assumindo-se, neste sentido, como órgão de poder. O sindicalismo de proposição participa construtivamente em planos de desenvolvimento regional e nacional. Um exemplo típico deste sindicalismo é o actualmente protagonizado pelas centrais sindicais, designadamente a UGT, participando na elaboração de propostas visando tanto a Modernização da Economia Portuguesa como outros aspectos sectoriais como é o caso da segurança Social. Todavia, não se inibe de reivindicar ou de fazer pressão quando as circunstâncias o exigem o que prefigura um posicionamento de contra-poder.

Esta última corresponde à nossa perspectiva de sindicalismo, que tem sido praticado pela FNE por si só ou integrada na UGT e que defendemos ser o caminho para o futuro.

O sindicalismo motor de desenvolvimento

Entendendo o desenvolvimento como a estratégia para a passagem a uma sociedade onde exista maior justiça social, maior nível de bem-estar, mais acesso aos bens culturais, um sistema de solidariedade eficaz e um nível de democracia que permita o exercício da cidadania a todos, podemos questionar se o sindicalismo é (ou não) motor de desenvolvimento.

Alguns factos podem permitir tirar conclusões:

- Os sindicatos negociam e subscrevem CCT, que valem como lei, e assinam outros acordos com o Governo e/ou com outros Parceiros Sociais.

- Os sindicatos dão a conhecer aos seus sócios e aos trabalhadores em geral as propostas enviadas pelo governo ou outras entidades, promovem sessões de debate estimulando uma ampla participação de

todos antes de formular os seus pareceres e definir as suas posições

- Os sindicatos editam periodicamente jornais ou outras publicações com um vasto leque de informações. Recentemente um número, que considero importante, de sindicatos têm um "site" na Internet que, na maioria dos casos, é interactivo

- Quando ocorrem eleições nos sindicatos os Planos de Acção ou Moções de Estratégia são amplamente debatidos nas bases e em Congresso

- Mantêm serviços jurídicos para apoio aos sócios, Criaram centros de formação profissional e Centros de Lazer e Culturais.

- Dedicam atenção à formação contínua dos trabalhadores que representam. Não posso aqui deixar de sublinhar, como caso único, a criação pela FNE e pelos seus Sindicatos membros de um Instituto Superior Universitário, devidamente reconhecido nos termos da lei e que confere, para além da formação contínua e especializada, os graus de licenciado e, futuramente, de Mestre

- Os sindicatos negociam, através das suas Centrais Sindicais, com os demais parceiros sociais e com o Governo Acordos de âmbito global ou sectorial visando o crescimento económico, a modernização da Administração Pública, o desenvolvimento da Educação e Formação, os mecanismos de segurança social.

A análise simples das actividades que acabo de enunciar, prefiguram o conceito de desenvolvimento.

Não posso aqui – recuando um século – deixar de referir o paradigma do que se passou na Inglaterra no século XIX em que a estratégia sindical de aumentar os salários de forma sistemática e numa atitude voluntariosa, afrontava o patronato que se queixava de que as exigências sindicais iriam conduzir as fábricas à ruína; curiosamente provocou um crescimento



O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical

económico notável porquanto o aumento de poder de compra incentivava a procura, a procura levava a maior investimento. As fábricas, em vez de encerrarem como os empresários vaticinavam, aumentaram a sua produção e a sua riqueza e os trabalhadores ingleses chegaram a ser, na altura, os trabalhadores mais bem pagos da Europa. Abriram ao público os primeiros talhos da Europa em que os operários podiam adquirir carne para se alimentarem. O tempo da luta pelo pão foi substituída pelo da luta pelo bife.

O sindicalismo como espaço de participação social e de exercício da cidadania

O caminho percorrido

É sempre fácil condenar o sindicalismo, é sempre fácil apontar reveses, insuficiências ou o tempo exagerado para a conclusão de determinados acordos ou negociações.

Vale a pena olhar para trás para ver o caminho percorrido, não numa atitude de contemplação mas numa análise dinâmica do que hoje temos que salvaguardar, consolidar ou ampliar e o que amanhã não podemos deixar de fazer. Não vou referir as lutas que foram necessárias travar para se conseguir :

- passar do dia de trabalho sem limite de horas 365 dias por ano às 40 horas semanais e o direito inalienável de férias remuneradas;

- da admissão no trabalho de crianças com 5/6 anos de idade ao estabelecimento da idade mínima de 16 anos para ingressar no mercado de trabalho, idade ligada ao cumprimento da escolaridade obrigatória;

- do apoio do sindicato aos trabalhadores em situação de desemprego, de doença ou de velhice à criação de organismos de solidariedade social que garantissem de forma permanente a prestação de tais

serviços;

- da fixação de um salário mínimo nacional.

Quero, tão só, cingir-me ao campo da educação inventariando o que foi conseguido nos últimos 25 anos e vou fazê-lo a traço largo e apenas porque é importante olhar o passado, como um estímulo para o presente e para o futuro. É que se o guerreiro tem direito ao repouso, o sindicalista não o tem porque nada está definitivamente conquistado, a vigilância tem de ser constante e as batalhas que temos para vencer – se diferentes – não serão menos duras.



Ontem – em 1974 - o professor do ensino primário agregado estava equiparado na Administração Pública às categorias de Auxiliar de Oficinas, Cobrador e Telefonista, e a outras categorias para as quais era exigida apenas a 4ª classe, com uma carreira por diuturnidades com um leque salarial de 1/1,5 topo a atingir depois de 30 anos de serviço como efectivo.

Os professores do ensino preparatório e liceal tinham vencimentos superiores ao patamar mais alto que um professor do ensino primário poderia auferir mas não se encontravam equiparados aos funcionários públicos com idênticas habilitações.

Hoje todos estão equiparado à carreira técnica ou à carreira técnica superior conforme possuem o grau de bacharel ou licenciado, com uma carreira profissional com um leque salarial de 1/2,6 se ingressar



O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical

como licenciado ou de 1 / 3,4 se ingressar como bacharel e entretanto adquirir uma licenciatura.

Em termos de poder de compra o topo da carreira corresponde em números redondos a 8 salários mínimos e a 4,5 salários médios nacionais

Ontem os quadros de efectivos do ensino primário estavam preenchidos a 50% do ensino preparatório a 45% e do ensino liceal a 55%.

Hoje estão preenchidos a 100% (com o problema das vagas negativas, derivado à diminuição da população escolar para resolver) e ainda foram criados os QZPs- preenchidos- com professores efectivos - em todos os níveis de ensino não superior para suprir as necessidades ocasionais das escolas;

Ontem, os professores contratados não ganhavam nas férias.

Hoje há subsídio de desemprego para quem tenha prestado um certo número de dias de serviço

O âmbito do espectro reivindicativo

Lutamos de muitas e variadas formas pelo direito à negociação. Por esse direito fizemos várias greves; páginas empolgantes da força sindical foram escritas

Hoje a legislação existente obriga o governo à negociação de múltiplas matérias relativas às condições de trabalho.

A legislação obriga o governo a publicar todas as matérias que tenham sido objecto de acordo. Mas o facto de já existir em legislação não quer dizer que um ou outro Ministro ou o próprio governo não tente impor ou violar a legislação e a constituição. A vigilância tem de ser constante e determinada. Nada podemos deixar passar sem forte reacção e obrigar a colocar as coisas como devem ser. Em gíria sindical costumamos dizer

sempre que toma posse um novo Ministro “mais um para educar”

Ir mais longe

Ir mais longe, hoje, significa o quê? Significa não nos mantermos como guardiões das conquistas alcançadas e como promotores da sua actualização e ampliação constantes. Em todas as áreas temos que estar não só vigilantes mas reivindicativos melhorando cada vez mais as condições de trabalho dos nossos associados? Não, isto não é ir mais longe!

Significa continuar a lutar pelos aspectos que ontem não nos reconheciam o direito de negociar e hoje – mercê da acção concertada dos sindicatos – admitem em letra da lei, tais como :

- vencimentos e demais prestações de carácter remuneratório;
- pensões de aposentação ou de reforma;
- prestações da acção social e da acção social complementar;
- carreiras, incluindo as respectivas escalas salariais;
- duração e horário de trabalho;
- regime das férias, faltas e licenças;
- regime dos direitos de exercício colectivo;
- condições de higiene e segurança no trabalho;
- formação e aperfeiçoamento profissional;
- estatuto disciplinar;
- regime de mobilidade e de recrutamento e selecção?

Não, isto não é ir mais longe! É uma acção importante mas não é mais do que melhorar o caminho já aberto e trilhado.

Ir mais longe é intervir noutras áreas que o governo e patronato julgam inacessíveis aos sindicatos



O Passado, o Presente e o Futuro Ir mais longe no Movimento Sindical

e que constituem – pensam - a sua quinta privativa ou coutada. No campo da educação a que me vou cingir trata-se da política educativa.

Porque pretendemos ir mais longe?

Porque não é apenas o salário ou mais ou menos dias de férias que traz maior nível satisfação ao trabalhador durante o desempenho das suas tarefas mas o conteúdo dessas próprias tarefas, o resultado da sua própria acção, as condições físicas e psicológicas para que o seu desempenho seja fonte de realização para cada um.

- fala-se em “mal estar docente” - queremos acabar com isso ;

os docentes e não docentes queixam-se que têm dificuldade de realizar com pleno sucesso tudo o que lhes é pedido – queremos acabar com isso ;

queixam-se que os programas são desadequados, são grandes demais, os currícula nada têm a ver com os interesses dos alunos, as tarefas são cumpridas com grande dificuldade porque não foram bem pensadas – vivemos em angústia porque achamos que não vamos conseguir – queremos acabar com isso;

Queremos criar condições para que todos - docentes e não docentes – possam tirar do seu trabalho o máximo de satisfação pelas tarefas que realizaram criando as condições para que cada um se possa auto realizar como pessoa e como trabalhador na escola.

Um dos passos importantes que já demos nesse sentido foi a negociação do Estatuto dos Não Docentes que criou novas

categorias de profissionais ao nível da carreira técnica superior e da carreira técnica e técnico - profissional. Consideramos que são necessários nas escolas Psicólogos, Assistentes Sociais, Técnicos Superiores de Educação, Técnicos Superiores de BAD.

Consideramos que, no futuro, nenhum não docente que tenha contacto com os alunos deve possuir menos do que o 12º ano. Exigimos a criação da categoria de Assistente de Acção Educativa que terá, para além do 12º ano, um curso de 250 horas sobre matérias relevantes para poder contactar com elevada qualidade os alunos.

No passado lutamos pelo pão, pela segurança, pelo prestígio social.

Sem qualquer recuo nestes aspectos, cabe-nos hoje lutar para que cada um se possa sentir feliz com aquilo que lhe compete fazer, se possa realizar como pessoa e como profissional, o que exige ultrapassar o que a legislação consagra, passando a exigir e a reivindicar alterações qualitativas em todas as áreas que se revelam geradoras de mal-estar ou que obstaculizem a realização pessoal e profissional de todos os que representamos.

